

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de sete postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal não docente da Universidade do Algarve, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP)

1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 21 de maio de 2020, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de sete postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior.

2. **Legislação aplicável:** Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP), Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e Código do Procedimento Administrativo.

3. **Local de Trabalho:** Universidade do Algarve, Faro.

4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de sete postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal não docente da Universidade do Algarve, para 2020, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP.

5. **Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum:** o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

6. **Caracterização sumária das funções por posto de trabalho:** Desempenho de funções de grau de complexidade funcional 3, inerentes à carreira e categoria de técnico superior, de acordo com o Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, designadamente:

Ref.ª A - Um posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior para o exercício de funções na área do Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia, nomeadamente, identificação de competências internas de ciência e tecnologia junto dos centros e unidades de investigação da Universidade, apoio a atividades de mapeamento de necessidades de IDT junto do setor empresarial e do setor público e associativo; organização de eventos/ações de disseminação de resultados de I&DT; participação/representação em eventos de cariz internacional; apoio nas atividades de promoção do CRIA, através de atividades diversas, apoio às atividades de promoção das relações Universidade-Empresa e a projetos de financiamento à transferência de tecnologia; atendimento e encaminhamento

de empreendedores, relativamente a processos de criação de empresa e mecanismos de apoio; apoio à operacionalização das parcerias nacionais e internacionais, bem como à gestão de processos de candidatura a financiamento internacional; gestão administrativa e arquivo; apoio à plataforma de gestão documental da instituição e conceção e atualização de bases de dados; apoio à coordenação da incubadora e às atividades de dinamização económica da mesma; e apoio às atividades de implementação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Algarve.

Ref.^a B – Um posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior para o exercício de funções na área do Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia, nomeadamente, identificação de competências internas de ciência e tecnologia junto dos centros e unidades de investigação da Universidade, apoio a atividades de mapeamento de necessidades de IDT junto do setor empresarial e do setor público e associativo; organização de eventos/ações de disseminação de resultados de I&DT; participação/representação em eventos de cariz internacional; apoio nas atividades de promoção do CRIA, através de atividades diversas, promoção das relações Universidade-Empresa, apoio a projetos de financiamento à transferência de tecnologia; atendimento e esclarecimentos a investigadores, relativamente a oportunidades de extensão e transferência de conhecimento; apoio a iniciativas de transferência de tecnologia; encaminhamento de empreendedores, empresários e investigadores, relativamente a processos de Empreendedorismo e Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial; identificação de parcerias nacionais e internacionais, gestão de processos de candidatura a financiamento internacional, incluindo a gestão operacional e financeira dos projetos de cooperação internacional, e supervisão da execução de projetos de cooperação internacional.

Ref.^a C, D, E e F - Um posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, por cada referência, para o exercício de funções na área do Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia, nomeadamente, identificação de competências internas de ciência e tecnologia junto dos centros e unidades de investigação da Universidade, apoio a atividades de mapeamento de necessidades de IDT junto do setor empresarial e do setor público e associativo; organização de eventos/ações de disseminação de resultados de I&DT; participação/representação em eventos de cariz internacional; apoio nas atividades de promoção do CRIA, através de atividades diversas, promoção das relações Universidade-Empresa, apoio a projetos de financiamento à transferência de tecnologia; atendimento e esclarecimentos a investigadores, relativamente a oportunidades de extensão e transferência de conhecimento; apoio a iniciativas de transferência de tecnologia; encaminhamento de empreendedores, empresários e investigadores, relativamente a processos de Empreendedorismo e Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial; identificação de parcerias nacionais e internacionais, gestão de processos de candidatura a

financiamento internacional, incluindo a gestão operacional e financeira dos projetos de cooperação internacional.

Ref.^a G - Um posto de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior para o exercício de funções na área do Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia, nomeadamente, identificação de competências internas de ciência e tecnologia junto dos centros e unidades de investigação da Universidade, apoio a atividades de mapeamento de necessidades de IDT junto do setor empresarial e do setor público e associativo; organização de eventos/ações de disseminação de resultados de I&DT; participação/representação em eventos de cariz internacional; apoio nas atividades de promoção do CRIA, através de atividades diversas, promoção das relações Universidade-Empresa, atendimento e esclarecimentos a investigadores, relativamente a oportunidades de extensão e transferência de conhecimento; apoio a iniciativas de transferência de tecnologia; encaminhamento de empreendedores, empresários e investigadores, relativamente a processos de Empreendedorismo e Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial; acompanhamento de empresas incubadas e apoio a empreendedores.

7. Habilitações literárias exigidas:

Ref.^a A - Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas.

Ref.^a B - Licenciatura em Relações Internacionais.

Ref.^a C - Licenciatura em Geografia.

Ref.^a D - Licenciatura em Psicologia.

Ref.^a E - Licenciatura em Sociologia.

Ref.^a F - Licenciatura em Património Cultural.

Ref.^a G - Licenciatura em Gestão de Empresas.

8. Posição remuneratória: 2.^a posição remuneratória da carreira e categoria de técnico superior nos termos da alínea b) do art.º 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, a que corresponde o 15.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única e a remuneração mensal ilíquida de 1.205,08 €.

9. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

9.1. Exerça ou tenha exercido na Universidade do Algarve funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira e categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

9.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP:

- a)** Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b)** 18 anos de idade completos;

- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

9.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 7 do presente aviso.

9.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

10. Forma e prazo de apresentação das candidaturas:

10.1. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica da Universidade do Algarve em <https://www.ualg.pt/pt/srh/concursos-pessoal-nao-docente>.

10.2. Forma: As candidaturas são obrigatoriamente formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no sítio internet da Universidade do Algarve em <https://www.ualg.pt/pt/srh/concursos-pessoal-nao-docente>, podendo ser entregues:

- a) Pessoalmente no Expediente Geral da Universidade do Algarve, no piso 0 do edifício da Administração, no *Campus da Penha*, em Faro, entre as 9h00 e as 12h30 e entre as 14h00 e as 17h30;
- b) Através de correio registado com aviso de receção, para Reitor da Universidade do Algarve, *Campus da Penha*, 8005-139 Faro, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido no ponto anterior.

10.3. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura (ex: OE0000); identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário.

10.4. Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Certificado de Habilitações;
- b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
- c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado;

10.5. Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos.

11. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular.

12.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso.

12.2. São motivos de exclusão do presente procedimento:

- a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;
- b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular.

12.3. Classificação final (CF): A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas, correspondendo à classificação obtida no método de seleção avaliação curricular.

12.4. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação do método de seleção avaliação curricular e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no art.º 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, preferencialmente, por correio eletrónico, em conformidade com os n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

12.5. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

12.6. A lista de classificação final, após homologação, é afixada em local público e visível nas instalações dos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve, e disponibilizada na respetiva página eletrónica.

12.7. O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

13. Composição e identificação do júri:

Presidente: Doutor João Miguel Fernandes Rodrigues, Pró-reitor para a Transferência e Inovação.

Vogais Efetivos:

Dr. Hugo Filipe de Brito Barros, Chefe de Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Unidade de Apoio à Investigação Científica e Formação Pós-Graduada da Universidade do Algarve, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Dra. Dora de Jesus Guerreiro Figueira, Chefe de Divisão de Recrutamento e Desenvolvimento dos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve.

Vogais Suplentes:

Dra. Elsa Paula Estrela Gago, Técnica Superior dos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve.

Dra. Maria da Conceição Rodrigues de Oliveira, Técnica Superior dos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve.

14. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da Universidade do Algarve.

27-07-2020 - O Reitor, Paulo Águas